

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA  
CIDADE E PERIFERIA

COORD.  
MARIA DO CARMO RIBEIRO  
ARNALDO SOUSA MELO

# EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA CIDADE E PERIFERIA

COORD.  
MARIA DO CARMO RIBEIRO  
ARNALDO SOUSA MELO

## MARIA DO CARMO RIBEIRO

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigadora do CITCEM e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Doutorada em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho. A sua investigação tem-se centrado nas questões de urbanismo, morfologia urbana, arqueologia da arquitectura e história da construção.

## ARNALDO SOUSA MELO

Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigador do CITCEM. Doutorada em História da Idade Média pela Universidade do Minho e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O seu campo de investigação incide sobre a sociedade, economia, poderes e organização do espaço urbano medieval, em particular a organização do trabalho e da produção, incluindo a história da construção.

## OUTROS TÍTULOS DE INTERESSE:

### História da Construção – Os Construtores

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

### História da Construção – Os Materiais

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

### História da Construção – Arquiteturas e Técnicas Construtivas

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

### Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia

Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.)

### Evolução da paisagem urbana: transformação morfológica dos tecidos históricos

Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo (coord.)

## EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA CIDADE E PERIFERIA

COORD.  
MARIA DO CARMO RIBEIRO  
ARNALDO SOUSA MELO



# EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA CIDADE E PERIFERIA

COORD.  
MARIA DO CARMO RIBEIRO  
ARNALDO SOUSA MELO

## FICHA TÉCNICA

**Título: Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia**

Coordenação: Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo

Figura da capa: Mapa de Braga (Finais do século XVII), *Forum*, 15/16, Jan-Jul 1994, p. 23

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

IEM – Instituto de Estudos Medievais (FCSH – Universidade Nova de Lisboa)

Apoios: UAUM – Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

FACC – Fundo de Apoio à Comunidade Científica – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

ACM – Associação Comercial de Braga

Design gráfico: Helena Lobo [www.hldesign.pt](http://www.hldesign.pt)

ISBN: 978-989-8612-09-0

Depósito Legal: 379190/14

Conceção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. [www.sersilito.pt](http://www.sersilito.pt)

Braga, setembro 2014

O CITCEM é financiado por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto PEst-OE/HIS/UI4059/2014

# SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo .....	5
<i>Centro y periferia en la ciudad antigua: el suburbio portuario de tarraco</i>	
Ricardo Mar. ....	9
<i>El crecimiento urbano de la Gerona medieval</i>	
David Vivó y Josep Maria Nolla .....	27
<i>Ciudad portuaria y periferia urbana en la España Atlántica en la Baja Edad Media. El caso de Santander</i>	
Jesús Ángel Solórzano Telechea. ....	41
<i>As fronteiras do “império”: Porto, Gaia e Vila Nova nos séculos XIII-XV</i>	
Luís Miguel Duarte. ....	65
<i>O crescimento periférico das cidades medievais portuguesas (séculos XIII-XVI): a influência dos mesteres e das instituições religiosas</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo .....	79
<i>A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal</i>	
Ana Cláudia Silveira .....	117
<i>Les périphéries de Paris au XIVe siècle: essai d’application de la théorie géographique aux sources médiévales</i>	
Boris Bove .....	139
<i>Les rythmes spatiaux et temporels de la dynamique urbaine à Paris du 16e au début du 19e s.</i>	
Davide Gherdevich e Hélène Noizet .....	175

<i>City and suburbs: London 1400-1700</i>	
Matthew Davies. ....	205
<i>Ligações entre a vila medieval e sua periferia em Barcelos:</i>	
<i>As portas e postigos do sistema defensivo</i>	
António Pereira. ....	229
<i>O Paço Real de Évora. Da periferia à centralidade – percurso de um espaço simbólico</i>	
Gustavo Silva Val-Flores . ....	247
<i>Mourarias e cidade: discursos e espaços</i>	
Maria Filomena Lopes de Barros . ....	271

# A AFIRMAÇÃO DE UM ESPAÇO PERIFÉRICO MEDIEVAL: O ARRABALDE DE TROINO EM SETÚBAL

ANA CLÁUDIA SILVEIRA<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Após a conquista definitiva de Alcácer do Sal em 1217, a Península de Setúbal, integrada na jurisdição da ordem militar de Santiago, estruturou-se económica e politicamente ao longo dos séculos XIII e XIV num processo complexo no âmbito do qual a vila portuária de Setúbal emergiu, afirmando-se face aos demais núcleos urbanos existentes, designadamente Alcácer do Sal e Palmela, que perderam progressivamente a importância que haviam conhecido durante o período de ocupação islâmica.

A vocação portuária de Setúbal, já evidenciada em épocas anteriores através do estabelecimento de entrepostos comerciais fenícios<sup>2</sup> e da implantação de uma importante cidade industrial romana<sup>3</sup>, manifestou-se a partir do século XIII coincidindo com a conjuntura de estabilidade política e militar que então se registava, tendo beneficiado da dinamização do comércio internacional que marcou a Europa após a segunda metade do século XI, graças à sua excepcional localização geográfica, favorável à implantação de estruturas portuárias.

Estas características foram potenciadas pela ordem militar de Santiago, que, tendo recebido em doação este território, viu em Setúbal a possibilidade de dispor de um conjunto significativo de rendas associado quer à exploração dos recursos existentes, relacionados nomeadamente com a pesca e a exploração de sal, quer

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Medieval na Universidade Nova de Lisboa. Membro do Instituto de Estudos Medievais (IEM) da Universidade Nova de Lisboa. Endereço electrónico: cl\_silveira@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mayet e Silva, 2000: 71-83.

<sup>3</sup> Soares, 2000: 117-121.

aos direitos fiscais que um porto proporcionava, a que ainda se associavam outros benefícios que a milícia poderia retirar das ligações nacionais e internacionais por ele proporcionadas.

Assim, decorridos apenas trinta anos sobre a conquista de Alcácer do Sal, a referência em 1248 à igreja paroquial de Santa Maria de Setúbal<sup>4</sup> e a outorga de foral à vila por Paio Peres Correia em 1249<sup>5</sup>, tornam evidente o desenvolvimento de uma estratégia por parte da ordem de Santiago, tendo em vista a organização do povoamento e do território em torno deste núcleo portuário. O seu crescimento demográfico justificaria ainda, algumas décadas mais tarde, a constituição de uma segunda paróquia, a de São Gião, referida a partir de 1320<sup>6</sup>.

A exploração dos recursos económicos deste território, a sua dinamização portuária e a recepção das inerentes rendas senhoriais pertencentes aos Espatários exigia uma presença assídua de oficiais em representação da ordem militar de Santiago e pressupunha a existência de estruturas que apoiassem o exercício das suas funções administrativas e fiscais, que enquadrassem o território sob sua jurisdição e as comunidades que nele habitavam. Assim, desde cedo encontramos referência à permanência de homens ligados à administração da milícia santiaguista em Setúbal, aludindo-se em 1235 ao seu pretor<sup>7</sup> e surgindo desde 1339 a menção aos Paços da Ordem, localizados nas imediações da zona portuária<sup>8</sup>.

## A IMPLANTAÇÃO DA ORDEM DE SANTIAGO EM SETÚBAL

Sintomaticamente, a milícia não privilegiou em Setúbal a instalação do seu dispositivo administrativo na colina de Santa Maria, onde têm sido identificados os vestígios mais precoces de edificação de estruturas urbanas, incluindo a sede paroquial que se presume mais antiga, a igreja de Santa Maria. Antes optou por promover a ocupação de uma área marginal ao núcleo urbano já existente, que, pelo menos parcialmente, terá tido que afeiçoar.

De facto, em Setúbal, os interesses dos Espatários parecem orientar-se para as áreas palustres situadas na confluência da ribeira do Livramento com o rio Sado, onde desde o século XIV encontramos referências a infra-estruturas portuárias<sup>9</sup>, estruturas amuralhadas e edifícios com funções administrativas e fiscais associadas à gestão

---

<sup>4</sup> Machado, 1947: 118-119; Mendes, 2010: 88.

<sup>5</sup> *PMH*, 1856: 634.

<sup>6</sup> Mendes, 2010: 141.

<sup>7</sup> *PMH*, 1864: 626-627.

<sup>8</sup> Silveira, 2012a: 414.

<sup>9</sup> Andrade e Silveira, 2007: 147-165.

senhorial do núcleo urbano<sup>10</sup>. A ligação das ordens militares a áreas palustres tem sido, aliás, documentada noutras áreas geográficas, sendo as respectivas potencialidades aproveitadas pelos monges guerreiros, que promoveram, quer a drenagem de terras para aproveitamento agro-pecuário, quer a gestão da rede hidrográfica para a instalação de moinhos, de salinas ou de viveiros de peixe<sup>11</sup>, padrão que é possível identificar igualmente em Setúbal nos primórdios da administração santiaguista.

Conforme tem vindo a ser confirmado, tanto pela pesquisa arqueológica, como pela análise da documentação escrita, o local onde a ribeira do Livramento desaguava foi, durante a Idade Média, uma zona de características palustres, integrada num ambiente estuarino-lagunar sob influência das marés que, através do rio Sado, penetravam nesse curso de fluvial, que, na época, correspondia a um braço de mar<sup>12</sup>. Na margem oriental da ribeira do Livramento, desenvolveu-se progressivamente, na direcção E-W por influência da corrente de vazante do Sado, uma restinga de areias fluviais com mobilizações eólicas, a qual no século XIV se estendia até à actual Praça de Bocage, partindo da colina de Santa Maria, em torno da qual têm sido identificados os mais importantes vestígios de ocupação humana durante a época romana. A norte da restinga e sob sua protecção, subsistiu até ao século XIV, nas margens da ribeira do Livramento, uma zona húmida e palustre que abrangia, quer a área onde se viria a implantar o arrabalde de Troino, quer, na margem oposta, a zona norte da actual Praça do Bocage, designada ainda na documentação do século XVI como Praça do Sapal, área essa que se prolongava até ao Bonfim<sup>13</sup>.



Figura I. Localização do arrabalde de Troino

<sup>10</sup> Silveira, 2013: 251-268.

<sup>11</sup> Carraz, 2005: 214-217.

<sup>12</sup> Soares, 2000: 123-125; Silva, 1989: 5-21.

<sup>13</sup> Soares, 2000: 117.



Nas escavações realizadas na Rua Augusto Cardoso, n.º 69, zona que se presume corresponder à extremidade da restinga, a presença de areias finas e de uma âncora de embarcação de pequena dimensão localizada na sequência estratigráfica anterior ao século XIV sugere que o local estaria submerso até essa época ou sujeito à influência das marés que, através da barra do Sado, penetravam na ribeira do Livramento<sup>14</sup>. Na margem oposta da referida ribeira, onde se viria a desenvolver o arrabalde de Troino, as características seriam semelhantes, sendo constantes as referências documentais a esteiros e a abertas<sup>15</sup>, correspondendo estas últimas a intervenções antrópicas destinadas a facilitar a drenagem das águas. Nas demarcações de propriedades urbanas, com frequência se assinala a existência de sapais, os quais foram paulatinamente colmatados e integrados no tecido urbano ao longo dos séculos XIV e XV.

A conquista de espaço ao mar e a consolidação do solo urbano foram favorecidas pela estratégia de implantação seguida pela ordem militar de Santiago desde pelo menos o século XIV e pela construção de uma cerca amuralhada que defendeu a área ribeirinha das investidas das marés, permitindo a urbanização de uma zona até então vulnerável, abarcando um perímetro definido pelos cursos de água em redor da vila, o qual ao longo dessa centúria seria fixado pela presença do muro<sup>16</sup>, estrutura de que subsistem referências escritas a partir de 1329<sup>17</sup>.

A expansão urbana em curso na primeira metade do século XIV constituía um reflexo da crescente pressão demográfica, do desenvolvimento económico alcançado pela vila medieval e, conseqüentemente, da sua capacidade de atracção e viria a materializar-se na constituição de dois arrabaldes, o de Palhais, a oriente do primitivo núcleo urbano, mencionado desde 1339<sup>18</sup>, e o de Troino, a ocidente, com referências anteriores, sendo sobre este último que incidirá a nossa reflexão.

## A GÉNESE DO ARRABALDE DE TROINO NO SÉCULO XIV

A presença dos Espatários na margem direita da ribeira do Livramento, onde se viria a implantar o arrabalde de Troino, encontra-se documentada desde o primeiro quartel do século XIV. Nesse espaço de transição entre o mar e a terra, periodicamente inundado pelas marés, possuíam os monges guerreiros marinhas

<sup>14</sup> Soares, Duarte e Silva, 2005/07: 83-87.

<sup>15</sup> Arquivo Distrital de Setúbal (doravante ADS), Santa Casa da Misericórdia de Setúbal (doravante SCMS), *Confraria de Nossa Senhora da Anunciada* (doravante CNSA), *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 14-14v e 171v-172, a título de exemplo.

<sup>16</sup> Soares, 2000: 123-125; Silveira, 2013: 251-268.

<sup>17</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 70-70v.

<sup>18</sup> ANTT, S. *Vicente de Fora de Lisboa*, 1ª inc., Maço 9, doc. 17.

de sal<sup>19</sup>, ignorando-se porém as modalidades de exploração desse recurso, e administravam uma horta, da qual temos notícias desde 1368<sup>20</sup>.

A ligação a este espaço encontra-se igualmente documentada pela compra realizada em Junho de 1321 pelo Mestre Pero Escacho de umas casas, as quais foram de imediato emprazadas para a edificação de um forno de pão pelo casal de locatários<sup>21</sup>. O facto de as escrituras de compra e de emprazamento referirem entre as confrontações outras edificações e o propósito da transacção constituem uma evidência de que o povoamento existente neste local já seria suficientemente importante para justificar o interesse dos freires guerreiros no investimento em estruturas de apoio à vida quotidiana, as quais, aliás, seriam imprescindíveis no quadro da estruturação desse espaço, que se estaria então a processar.

Assim, estaria em curso em Setúbal, no primeiro quartel do século XIV, um processo de urbanização de uma área de sapal, o qual se desenvolvia com a participação da ordem de Santiago e envolvia a consolidação de terrenos situados em meio palustre, podendo indiciar o desenvolvimento demográfico da urbe e a existência de uma estratégia por parte da milícia no sentido de promover a estruturação e a rentabilização deste espaço. Contudo, a documentação escrita conhecida não nos permite esclarecer cabalmente os contornos da intervenção dessa instituição no processo de expansão urbana e de eventual loteamento verificado no arrabalde de Troino no decurso do século XIV, situação idêntica à que ocorre em grande número de núcleos urbanos<sup>22</sup>, uma vez que, conforme já foi assinalado por outros estudos, as intervenções urbanísticas se encontram frequentemente ausentes do *corpus* da documentação produzida<sup>23</sup> e só em poucos casos é possível obter referências relativas à dimensão dos lotes a constituir<sup>24</sup>.

Porém, a análise cartográfica, aliada a alguns dados provenientes da arqueologia e a informações fornecidas por fontes documentais produzidas nas centúrias seguintes, permitem-nos obter alguns elementos relativos ao processo de urbanização do arrabalde de Troino, estabelecendo paralelos com múltiplas intervenções urbanísticas que têm vindo a ser identificadas como responsabilidade do monaquismo militar em diversas regiões europeias.

O eixo viário que parece ter tido um papel estruturante na organização do arrabalde de Troino é a actual rua Fran Pacheco, antiga Rua Direita de Troino, a

<sup>19</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 70v-71.

<sup>20</sup> MOA 7, 2006: 276-277.

<sup>21</sup> MOA 7, 2006: 418-419.

<sup>22</sup> Hébert, 2007: 160-161, onde se aponta o facto de raramente se conhecerem as condições precisas de loteamento e de intervenção na origem de muitos núcleos urbanos.

<sup>23</sup> Abbé, 2003: 461.

<sup>24</sup> Zadora-Rio, 2003: 467-468.

qual, seguindo de forma paralela à margem do rio Sado, partia da margem direita da ribeira do Livramento em direcção à Serra da Arrábida, permitindo assegurar a ligação com núcleos de povoamento existentes na área envolvente como Alcube, Alferrara e, já mais afastado, Azeitão. A partir desse eixo, viriam a implantar-se outros eixos perpendiculares, possivelmente mais estreitos, modelando a constituição de quarteirões de dimensões próximas, os quais por sua vez eram divididos em lotes de dimensão tendencialmente homogénea através da aplicação de regras geométricas básicas, formando um parcelário que se manteve estável nas sucessivas reconstruções, dada a sua íntima relação com a rede viária que o condiciona<sup>25</sup>. A Rua Direita de Troino parece corresponder a uma área de terreno mais consolidada, que estaria já emersa desde o período de ocupação romana, mantendo-se no século XIV a salvo das investidas das marés, ao contrário do que sucedia com algumas áreas circundantes, ainda sujeitas nessa época a transgressões marinhas decorrentes da sua inserção em terrenos de sapal ou da proximidade de esteiros ou de fossos para escoamento de águas<sup>26</sup>. Efectivamente, em 1957, a abertura de valas para instalação de estruturas de saneamento permitiu identificar nesta artéria importantes vestígios de ocupação do período romano, do século I ao século IV<sup>27</sup> e escavações arqueológicas recentes desenvolvidas no subsolo de uma casa aí situada atestaram a presença de materiais que comprovam não só a presença romana, mas que apontam igualmente a possibilidade de ter existido ocupação do local no período visigótico, no período de transição do visigótico para o muçulmano e no período medieval<sup>28</sup>.

A análise ao processo de urbanização desenvolvido no arrabalde de Troino confirma os dados avançados pela renovação historiográfica que tem marcado nos últimos anos o estudo das ordens militares. Inicialmente vistas como instituições com uma implantação sobretudo rural, os estudos mais recentes que têm vindo a ser desenvolvidos sobre o monaquismo militar têm contudo evidenciado a sua profunda ligação às cidades<sup>29</sup>, assumindo-se as comendas das ordens militares como focos de desenvolvimento urbano e centros administrativos organizadores do território envolvente. No Báltico, tem sido realçado o papel da ordem Teutónica na fundação de cidades *ex-nihilo* ou no desenvolvimento urbano de núcleos pré-

<sup>25</sup> Divorne, Gendre, Lavergne e Panerai, 1985: 37 e 52-56.

<sup>26</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 14-14v e 171v-172.

<sup>27</sup> Além de milhares de numismas e de cerâmica diversa, foram identificados quatro pavimentos de *opus signinum* e restos de paredes: Costa, 1960: 5-9; Soares, 2000: 105-106.

<sup>28</sup> Seromenho, Cândido e Neto, 2007: 21-23, cujas conclusões assentam na análise do espólio cerâmico exumado.

<sup>29</sup> Carraz, 2009: 127-138.

-existentes<sup>30</sup>. Em diversas regiões tem sido igualmente constatada a presença das ordens religiosas-militares enquanto proprietárias de solo urbano, em resultado tanto da incorporação de doações, como da implementação de estratégias de aquisição de imóveis, reconhecendo-se o seu contributo no desenvolvimento de muitos núcleos urbanos, designadamente recorrendo à prática de promover loteamentos, pela qual cediam lotes de terreno mediante a obrigação assumida pelos locatários de edificarem casas<sup>31</sup>. A micro-topografia urbana foi muitas vezes condicionada pela implantação das suas estruturas administrativas e conventuais, que influenciou igualmente a organização da rede viária<sup>32</sup> e a posterior evolução dos aglomerados.

Os estudos desenvolvidos neste âmbito não têm apontado como parâmetros da instalação das ordens religiosas-militares os centros das cidades, efectivando-se, regra geral, a sua implantação nas zonas mais periféricas ou em vias de urbanização, nas quais o espaço não se encontrava tão condicionado<sup>33</sup>. Assim, é na proximidade das cercas urbanas, muitas vezes no exterior das respectivas portas, que se detecta a existência de património associado a essas instituições, registando-se muitas vezes a sua presença ao longo dos principais eixos de penetração nas vilas. Paralelamente, tem sido igualmente constatada a responsabilidade destas instituições na organização e desenvolvimento de arrabaldes em diversos núcleos urbanos<sup>34</sup>.

Em Portugal, foi atribuído aos Templários um papel central na urbanização do arrabalde estruturado em torno da Corredoura, em Tomar, conhecido como a “vila de baixo”, caracterizado por uma tessitura regular de traçado ortogonal, que terá sido organizado de acordo com um modelo planificado e desenvolvido entre finais do século XII e o início do século XIV<sup>35</sup>. Aos Templários foi igualmente atribuída a estruturação do Arrabalde da Feira, em Évora, que viria a ser integrado no património da ordem de Cristo na sequência da extinção dos Templários. Através de um tomo de propriedades do século XVI, foi possível constatar que os cavaleiros de Cristo conservaram o domínio eminente de 109 imóveis aí localizados, recebendo os respectivos censos. Tal como em Tomar, o traçado ortogonal caracteriza este espaço, cuja construção resultou de uma intervenção planificada<sup>36</sup>.

Já nos domínios Espatários, verifica-se em Alcácer do Sal a existência de um arrabalde constituído em torno da Rua Direita, paralela ao rio Sado, apresentando igualmente uma tessitura de traçado ortogonal, o qual foi organizado em diferentes

<sup>30</sup> Gouguenheim, 2013: 127-128.

<sup>31</sup> Jaspert, 2012: 503.

<sup>32</sup> Carraz, 2009: 127-138; Jaspert, 2012: 503.

<sup>33</sup> Bessey, 2013: 101.

<sup>34</sup> Carraz, 2009: 137-141.

<sup>35</sup> Conde, 1996: 86-87.

<sup>36</sup> Beirante e Dias, 1995: 61-67.

etapas, sendo as casas mais próximas da margem do rio construídas em época mais tardia, a partir de finais do século XV ou de inícios do século XVI<sup>37</sup>.

À escala europeia, outros casos têm sido identificados como intervenções atribuídas ao monaquismo militar, em particular aos Templários, muitas delas posteriormente desenvolvidas pelos Hospitalários, a quem foram concedidas em diversas regiões as suas possessões após a extinção da ordem do Templo. Em território francês conhecem-se diversos exemplos<sup>38</sup>, mas trata-se de uma realidade que não se restringe à França, marcando igualmente o urbanismo de diversas cidades flamengas<sup>39</sup> e de núcleos urbanos integrados na Coroa de Aragão<sup>40</sup>.

Parâmetros idênticos de instalação nos arrabaldes dos núcleos urbanos aparecem igualmente nos domínios da ordem Teutónica, quer em França<sup>41</sup>, quer na Sicília, nomeadamente em Palermo, onde, desde o final do século XII, deteve diversas casas e pomares na *Ruga Nova Almannorum*, de que tirava rendimentos através da celebração de contratos de locação<sup>42</sup>, e em Castronovo, onde, desde finais do século XIII, o núcleo central do seu património se viria a concentrar no arrabalde de Rabato<sup>43</sup>, sugerindo a existência de uma estratégia devidamente planificada, identificada igualmente em urbes do *Mezzogiorno* com ligações aos Templários e aos Hospitalários<sup>44</sup>.

É provável que a urbanização do arrabalde de Troino em Setúbal se insira neste contexto e se encontre também intimamente ligada a uma intervenção planificada e executada com a mediação ou mesmo sob direcção da ordem militar de Santiago, no âmbito da qual viriam também a participar outras instituições, destacando-se entre estas o hospital e confraria da Anunciada.

## O HOSPITAL E CONFRARIA DA ANUNCIADA E A GESTÃO DE PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO EM TROINO

Na Rua Direita de Troino veio a ser edificada, ainda no decurso do século XIV, a igreja de Nossa Senhora da Anunciada, que acolheu um novo protagonista na gestão desse espaço, a confraria e hospital da Anunciada. Embora o seu compromisso date

<sup>37</sup> Pereira, 2000: 95-96.

<sup>38</sup> Abbé, 2003b: 154-155; Bessey, 2013: 101-103; Carraz, 2009: 140; Claude, 2013: 284-286; Macé, 1998: 152-155; Tréton, 2013: 233-235; Vinas, 1998: 23-25; Vinas, 2009: 562-563.

<sup>39</sup> Bessey, 2013: 101.

<sup>40</sup> Fuguet Sans, 1998: 193; Fuguet Sans e Plaza Arque, 2013: 242-247.

<sup>41</sup> Krämer, 2006: 336-342.

<sup>42</sup> Toomaspoeg, 2003: 598-599; Toomaspoeg, 2009: 965.

<sup>43</sup> Toomaspoeg, 2003: 598-599.

<sup>44</sup> Toomaspoeg, 2013: 176-177.

de 1330<sup>45</sup>, os testemunhos documentais conservados que a ela se referem remontam a 1328, sendo então mencionada como a *albergaria nova que se ora faz em Setuval en logo que chamam Trouno*<sup>46</sup>. Constituindo a sua fundação um testemunho do processo de urbanização então em curso, é igualmente sintomática da crescente importância que o arrabalde de Troino adquiriu. Esta instituição veio a afirmar-se nos séculos XIV e XV como a mais importante confraria da vila, congregando muitos dos mais destacados elementos da oligarquia política, administrativa e económica da urbe medieval, acolhendo inclusivamente como confrades o Infante D. Fernando, administrador da ordem de Santiago entre 1444<sup>47</sup> e 1470<sup>48</sup>, e um dos seus filhos, o futuro rei D. Manuel I<sup>49</sup>.

Desde a sua constituição, a confraria da Anunciada recebeu em doação diversas propriedades localizadas na vila de Setúbal e no seu termo, muitas das quais situadas no próprio arrabalde de Troino, compreendendo, quer casas já feitas que a instituição se encarregaria de aforar através de contratos enfitêuticos<sup>50</sup>, quer chãos de casaria<sup>51</sup> que foram sendo aforados com o propósito de neles se construírem novas habitações. Aparentemente, a confraria não teve qualquer papel na formação dos lotes, interessando-lhe, porém, a realização de benfeitorias que tornassem rentável a realização de contratos de locação. Se estes imóveis pagavam paralelamente um censo à ordem de Santiago em reconhecimento do seu domínio eminente é algo que a documentação compulsada não permite apurar, mas admitimos essa possibilidade, já verificada em Évora<sup>52</sup>.

A igreja que lhe estava associada, ainda que só no século XVI viesse a ser erigida em paróquia<sup>53</sup>, proporcionava aos moradores do arrabalde de Troino, habitando a certa distância das igrejas paroquiais do intra-muros, um enquadramento espiritual e religioso que viria a ser complementado, a partir do início do século XV, com a edificação do Convento de S. Francisco, da Observância, fundado por iniciativa de Maria Anes Escolar<sup>54</sup>.

<sup>45</sup> ANTT, *Ministério do Reino*, n.º 527; Avellar, 1996: 3-4; *PMM*, 2002: 329-345.

<sup>46</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 40-40v.

<sup>47</sup> *MH*, 1967: 165-169.

<sup>48</sup> *VCMF*, 1995: 15.

<sup>49</sup> *PMA*, 1993: 420-422.

<sup>50</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 4-5, 40-40v, 55-56, 64-64v, 72v-73 e 115-116.

<sup>51</sup> *Idem, ibidem*, Parte II, fls. 69v-70 ou 72-72v.

<sup>52</sup> Beirante e Dias, 1995: 62.

<sup>53</sup> Abreu, 1990: 14.

<sup>54</sup> Silveira, 2012b: 171-183.

## A IMPLANTAÇÃO DE ORDENS MENDICANTES: FRANCISCANOS E CLARISSAS

Em 1473, o neto de Maria Anes Escolar, Vasco Queimado de Vilalobos, recém-regressado a Setúbal depois do serviço prestado durante mais de vinte anos na Borgonha, encetou um processo de recuperação da memória linhagística da família promovendo uma remodelação do cenóbio, no âmbito da qual fez realizar uma inquirição de testemunhas. Por essa via pretendeu demonstrar que o convento fora fundado por sua avó e que, sendo padroado de sua família, lhe era legítimo intervir no novo programa arquitectónico que encetou<sup>55</sup>. Através desse documento, somos informados de que era intenção original de sua avó implantar o espaço monástico no arrabalde de Troino, mas disso foi demovida a fundadora pelos frades franciscanos que acompanharam a obra, acabando o cenóbio por ser construído num local um pouco mais afastado do arrabalde, embora nas suas cercanias, junto à estrada para Azeitão, informação que nos confirma, quer a existência de determinadas estratégias por parte dos franciscanos no que respeita à escolha de locais para a instalação dos seus conventos, verificada igualmente noutras regiões<sup>56</sup>, quer a necessidade de aprovação prévia por parte dos superiores da ordem relativamente ao local de fixação das suas casas<sup>57</sup>. É plausível, contudo, tendo em conta o que já sabemos sobre o processo de urbanização então em curso no arrabalde de Troino, que a decisão possa também ter sido motivada pela eventual existência de intervenções urbanísticas já planificadas neste espaço, de forma a harmonizar a implantação do convento mendicante com os interesses dos protagonistas que já se haviam aí estabelecido, sobretudo os interesses da ordem militar de Santiago.

A excentricidade relativamente ao centro da vila poderia, pois, favorecer igualmente uma menor oposição do clero local<sup>58</sup> e dos próprios Espotários, dado que até então apenas existiam em Setúbal duas paróquias, ambas no interior do recinto amuralhado, Santa Maria e S. Gião, pelo que o novo convento poderia contribuir para uma maior assistência espiritual aos habitantes do arrabalde de Troino, que lhe

<sup>55</sup> Silveira, 2012b: 171-183.

<sup>56</sup> Como se verificou em Trévis, por exemplo, de acordo com o trabalho de Bustreo, 2009: 40-44. Esta era uma estratégia seguida por diversas instituições mendicantes um pouco por toda a Europa, conforme se pode verificar através dos exemplos apresentados por Bertrand, 2004: 562-564, referindo-se precisamente a disponibilidade de terrenos em locais mais periféricos e o seu menor custo como factores importantes para a localização.

<sup>57</sup> Gomes, 1994: 399.

<sup>58</sup> As implantações estudadas em diversas urbes do *Midi* francês sugerem o mesmo, apontando que tal localização evitava uma maior hostilidade do clero paroquial, sendo ainda favorecida pela maior disponibilidade de terrenos e pelo seu custo mais baixo relativamente aos que se situavam no interior do perímetro amuralhado, podendo as fundações beneficiar da proximidade a uma comunidade humana em formação, muitas vezes constituída por emigrantes: Pousthomis-Dalle, 2009: 246; Guyonnet, 2009: 291-292.

ficava próximo e cujo enquadramento religioso era até então assegurado pela igreja de Nossa Senhora da Anunciada, que só se viria a erigir em paróquia em 1563<sup>59</sup>.

A instalação do convento franciscano nas imediações do arrabalde de Troino parece ter privilegiado, como era comum no quadro das fundações mendicantes, a proximidade relativamente a um espaço marcado pela presença de grupos artesanais, como foi já detectado noutros espaços europeus como Rouen<sup>60</sup>, Ypres, em cujos arrabaldes vivia uma população ligada maioritariamente à produção têxtil<sup>61</sup>, estratégia essa igualmente presente em cidades como Marselha<sup>62</sup> ou Avinhão<sup>63</sup>, onde os conventos mendicantes elegeram como local de implantação os arrabaldes nas imediações dos quais se encontravam também instaladas as actividades de carácter industrial, que, por razões de segurança ou de salubridade ou simplesmente pela necessidade de espaço para se desenvolverem, eram afastadas deliberadamente dos centros urbanos. De facto, até ao início do século XV, detectamos em Troino a presença, além de pedreiros<sup>64</sup> e de diversos pescadores<sup>65</sup>, de ferreiros<sup>66</sup>, de construtores navais<sup>67</sup>, de calafates<sup>68</sup>, de carpinteiros<sup>69</sup>, de cordoeiros<sup>70</sup> e de tanoeiros<sup>71</sup>, actividades que, por serem associadas quer ao recurso ao fogo, quer ao armazenamento de materiais combustíveis, designadamente a madeira e o cordoame, são

<sup>59</sup> Abreu, 1990: 14.

<sup>60</sup> Volti, 2003: 195, chamando-se ainda a atenção para a ligação de muitos conventos a confrarias de officios: pp. 49 e 227-228.

<sup>61</sup> Volti, 2003: 214-215.

<sup>62</sup> Guyonnet, 2009: 291.

<sup>63</sup> Balossino e Lenoble, 2009: 320.

<sup>64</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 22, fls. 28-29v; ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 33v-34 e 54v-55; ADS, SCMS, *Livro dos Beis eramcas da Capela de Maria da Pipa*, 1616, fls. 77v-79v.

<sup>65</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 22, fls. 28-29v; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2, fls. 2-2v; ANTT, *Convento de S. João de Setúbal*, Livro 8; ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 18v-19, 23-23v, 48v-49v e 54v-55; Parte II, fls. 27v-28; ADS, SCMS, *Livro dos Beis eramcas da Capela de Maria da Pipa*, 1616, fls. 77v-79v; *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 37, doc. 1256.

<sup>66</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 83v-85 e 89-90.

<sup>67</sup> ANTT, *Convento de S. Domingos de Lisboa*, Livro 50, fls. 41v-43v; ANTT, *Convento de Nossa Senhora da Consolação de Alferrara*, Maço 3, doc. 55.

<sup>68</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 8-8v; ADS, SCMS, *Livro dos Beis eramcas da Capela de Maria da Pipa*, 1616, fls. 263v-265v.

<sup>69</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 21v-22v; *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 17, pasta 136; ANTT, *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 19, fls. 132v-133v e 134-135; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 8, fls. 306v-307.

<sup>70</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Livro 22, fls. 28-29v; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 42, fls. 343-344; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2, fls. 2-2v; ANTT, *S. Domingos de Lisboa*, Livro 50, fls. 86-88; ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 30v-31v.

<sup>71</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 54-54v.



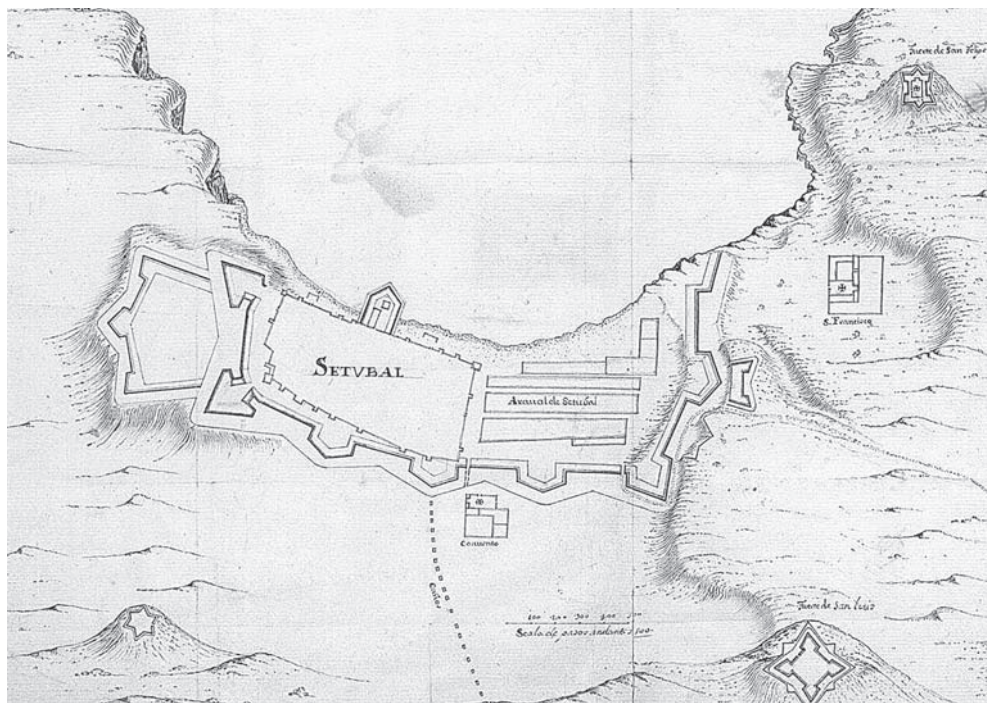


Figura II. Representação cartográfica da vila de Setúbal no século XVII, assinalando-se o arrabalde de Troino já integrado no perímetro da fortificação abaluartada, bem como a implantação dos conventos de S. Francisco e de Jesus (Arquivo Militar de Estocolmo)

habitualmente afastadas do centro urbano por questões de segurança<sup>72</sup>, tal como eram também afastados os fumeiros, cujo funcionamento se encontra igualmente documentado neste arrabalde<sup>73</sup>.

A implantação do convento franciscano correspondeu possivelmente a uma estratégia pastoral orientada para zonas de urbanização recente, que se encontravam em desenvolvimento, constituindo áreas urbanas onde se registava um acentuado dinamismo económico e demográfico<sup>74</sup>. Embora a edificação do arrabalde de Troino não seja consequência da fundação do convento de S. Francisco, uma vez que se encontram documentados indícios anteriores de ocupação e de construção urbana nesse local, que à data de fundação do cenóbio se encontrava em franca expansão demográfica e em fase de consolidação construtiva, é plausível, no entanto, que a

<sup>72</sup> van der Vliet, 2007: 213-214.

<sup>73</sup> ANTT, *Convento de S. João de Setúbal*, Livro 8; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2. Sobre a concentração de alguns mestres em lugares específicos do tecido urbano, muitas vezes relacionada com necessidades técnicas ou com imperativos de natureza legal, ver Melo, 2009: pp. 223-235.

<sup>74</sup> Pousthomis-Dalle, 2009: 246.

presença mendicante nas suas imediações, tenha constituído um factor de atractividade, contribuindo para a instalação de novos habitantes, impulsionando desse modo a expansão urbana neste espaço, que se viria a intensificar a partir da segunda metade do século XV, o que se torna particularmente notório após a fundação do Convento de Jesus, de Clarissas, que beneficiará do apoio da Família Real<sup>75</sup>.

Paralelamente, a documentação conhecida permite também constatar que, a partir do último terço do século XV, se verifica a eleição do arrabalde de Troino, tanto como lugar de habitação, como para investimento imobiliário por parte de uma elite urbana na qual se integravam diversos cavaleiros e até comendadores da ordem de Santiago<sup>76</sup>, altos funcionários da administração espatária em Setúbal<sup>77</sup>, além de outros indivíduos oriundos da oligarquia local como é o caso de Vasco Queimado de Vilalobos<sup>78</sup>, ou de elementos do alto clero com ligações a esta vila, caso do Bispo de Ceuta, D. Justo<sup>79</sup>.

O interesse de uma elite urbana em estabelecer residência no arrabalde de Troino pode estar associado à existência de uma maior disponibilidade de espaço para novas construções, permitindo desenvolver projectos arquitectónicos de raiz<sup>80</sup>, o que se revelava mais atractivo para um grupo de indivíduos que dispunham de recursos económicos e que procuravam através da implementação de programas arquitectónicos mais elaborados afirmar o seu prestígio político, económico e social. Paralelamente, o desenvolvimento urbano registado neste sector da urbe potenciava a sua valorização no âmbito das estratégias de investimento imobiliário adoptadas por uma elite que, em grande medida, se encontrava na órbita da administração santiagouista.

## O DESENVOLVIMENTO URBANÍSTICO DOS SÉCULOS XV E XVI

Parece, pois, estar em curso, a partir de meados do século XV, uma nova fase de desenvolvimento urbanístico no arrabalde de Troino, que se prolongou pelas primeiras décadas da centúria seguinte, o qual coincide com uma maior disponibilidade de informação que nos é proporcionada pelos fundos documentais da

<sup>75</sup> Fundação autorizada por Bula de Inocêncio VIII, de 17 de Junho de 1489: Esperança: 424-444; Almeida: 269.

<sup>76</sup> ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fl. 86; Idem, *ibidem*, Livro 40, fls. 32v-33; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 414v-415; ADS, SCMS, *Livro dos Bens e Heramsas do Hospital de João Palmeiro*, 1616, fls. 350-353.

<sup>77</sup> ANTT, MCO, OS/CP, Livro 8; Idem, *ibidem*, Livro 19, fls. 69v-70v; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 309-310v; Idem, *ibidem*, Maços, Maço 3, n.º 136; ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 21v-22v e 30v-31v.

<sup>78</sup> *Arquivo da Família Gama Lobo Salema*, Caixa 12, doc. 430.

<sup>79</sup> ANTT, MCO, OS/CP, Documentos Particulares, maço 4, n.º 19.

<sup>80</sup> ANTT, MCO, OS/CP, Livro 36, fls. 73-75.

ordem militar de Santiago relativa a este núcleo urbano. A análise da documentação referente a este período, ao contrário do que sucedeu em relação ao processo de urbanização desenvolvido no século XIV, permite-nos confirmar que foi acompanhado de forma próxima pelos Espotários, que não só procederam à renovação ou à confirmação de contratos de locação anteriores<sup>81</sup>, o que aponta para a sua intervenção no processo que teve lugar na centúria precedente, como assumiu responsabilidades numa nova fase de loteamento do espaço, atribuindo cartas de sesmaria a quem pretendia proceder à construção de imóveis, estipulando as obrigações a seguir pelos promotores dos empreendimentos e estabelecendo o censo a pagar à ordem pela concessão do solo<sup>82</sup>.

Por essa época, verificou-se a organização de ruas que se desenvolveram de forma paralela à Rua Direita de Troino, a norte e a sul, articulando-se com esse eixo inicial e com as vias perpendiculares que o atravessavam e delimitavam os quarteirões inicialmente construídos.

Com efeito, a referência a chãos destinados à edificação de habitações localizados na praia ou com esta confrontantes constitui uma evidência de que estava em curso a abertura de uma nova artéria paralela à Rua Direita de Troino e à margem do rio Sado, possivelmente correspondente ou à actual Rua António Maria Eusébio, ou, a sul desta, à actual Rua 19 de Abril, facto que a investigação arqueológica recente parece corroborar ao datar do século XV a primeira construção de alvenaria detectada durante os trabalhos arqueológicos desenvolvidos numa das parcelas da primeira das artérias referidas<sup>83</sup>.

Paralelamente, constata-se que nesta época o arrabalde de Troino conheceu não só uma intensa actividade construtiva, verificando-se que se encontravam diversas habitações em construção<sup>84</sup>, mas também uma densificação da ocupação das artérias mais antigas, patente na referência à divisão de casas para constituição

<sup>81</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Documentos Particulares, maço 4, n.º 13; Idem, *ibidem*, Maços, Maço 3, n.º 136; Idem, *ibidem*, Livro 10, fls. 34v-38; Idem, *ibidem*, Livro 11, fls. 119-120; Idem, *ibidem*, Livro 14, fl. 167; Idem, *ibidem*, Livro 36, fls. 73-75; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 284v-285; Idem, *ibidem*, Livro 107, fls. 46-48v.

<sup>82</sup> Conforme se atesta por um conjunto de documentos: ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 27v-28; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 8, fls. 56v-58 e 306v-307; Idem, *ibidem*, Livro 36, fl. 86; Idem, *ibidem*, Livro 40, fls. 32v-33 e 155v-156v; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 309-310v, 343-344 e 414v-415.

<sup>83</sup> Silva, Soares e Duarte, 2004: 140-141.

<sup>84</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 33v-34 e Parte II, fls. 83v-85; ANTT, *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 19, fls. 134-135; ANTT, *Santa Maria da Vitória*, Maço 2; ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 11, fls. 119-120; Idem, *ibidem*, Livro 40, fls. 155v-156v; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 343-344.

de moradas distintas<sup>85</sup>, na incorporação de azinhagas em propriedades urbanas<sup>86</sup> ou na alusão à construção de sobrados em habitações até então térreas<sup>87</sup>.

Estamos, pois, perante um processo complexo que resultou da conquista e da drenagem de terrenos palustres que paulatinamente foram integrados no tecido urbano, possível pela implementação de um conjunto de intervenções antrópicas realizadas no século XV de que subsistem alguns testemunhos documentais. O recurso a aterros constituiu um dos expedientes utilizados pelos habitantes do arrabalde de Troino, como se constata através do depoimento de um locatário de um imóvel pertencente aos Espatários, o qual afirmava que, em torno de 1480, a envolvente do seu imóvel era um sapal alagado de água salgada e que à sua custa entulhara o dito chão, o defendera da entrada de água salobra e fizera as casas que agora aí se encontravam<sup>88</sup>. Processos idênticos de drenagem e aterro de zonas de sapal têm sido identificados noutros espaços urbanos onde as instituições monásticas-militares promoveram o estabelecimento de arrabaldes<sup>89</sup>. Em Setúbal, é possível constatar que a realização de aterros era antecedida pela colocação de estacaria de madeira, que tem vindo a ser detectada em intervenções arqueológicas realizadas em época recente<sup>90</sup> e de que a documentação dá testemunho. De facto, em 1443, a confrontação de um pardieiro no arrabalde de Troino localizado junto à praia referia que a propriedade se prolongava *ao longo dos alições que so a terra jazem soterrados*<sup>91</sup>.

Coube também à ordem militar de Santiago e à Coroa promover o ordenamento do espaço urbanizado em função dos interesses dos diversos utilizadores, como se constata pela determinação de D. João II em 1494, que havia sido responsável pouco tempo antes pela administração do Mestrado de Santiago, de demarcar o terreiro da capela de Nossa Senhora da Anunciada, o que se viria a concretizar em 1496<sup>92</sup>, vedando a edificação urbana no seu perímetro, e revelando preocupações pela reserva de espaço para o “serviço das coisas do mar”, uma vez que existia uma forte ligação do sítio às actividades marítimas. Mais tarde, em 1541, no decurso da administração de D. Jorge de Lencastre, decisão idêntica viria a ser tomada a respeito de outro espaço na margem do rio também ele destinado a varar embarcações, a

<sup>85</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 54-54v; ANTT, *Convento de Santa Maria da Piedade de Azeitão*, Livro 19, fls. 9-10v.

<sup>86</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 40, fls. 32v-33.

<sup>87</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte II, fls. 105-106v.

<sup>88</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 37, fls. 75-77v.

<sup>89</sup> Bessey, 2013: 103-105.

<sup>90</sup> Soares, 2000: 123.

<sup>91</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fl. 43v.

<sup>92</sup> ADS, SCMS, CNSA, *Livro de Registo de Escrituras*, Parte I, fls. 32v-33.

facilitar descargas e ao armazenamento de apetrechos<sup>93</sup>. Noutras ocasiões, a própria carta de sesmaria pela qual os Espatários cediam o domínio útil do lote a edificar estipulava o espaço a destinar para abertura de ruas ou para servidão dos outros moradores como se constata em 1536<sup>94</sup>, havendo mesmo casos em que se alude ao alinhamento dos lotes ao referir que os novos espaços a construir deveriam *cordear* com os já edificados<sup>95</sup>. Coube igualmente à administração da milícia conceder as autorizações necessárias à construção de infra-estruturas como os fornos, essenciais ao abastecimento da comunidade aí instalada, cujas necessidades eram crescentes, conforme se verificou em 1502, quando o mestre D. Jorge de Lencastre acolheu a iniciativa de Rui Gil Magro, cavaleiro da ordem de Santiago<sup>96</sup>, vindo mais tarde a conceder a renda do forno por ele construído a Francisco Barradas, seu chanceler<sup>97</sup>.

Outras intervenções viriam a ter um impacto mais amplo no núcleo urbano como é o caso da ligação entre o arrabalde de Troino e o interior do perímetro muralhado, acarretando uma alteração da rede viária e da própria muralha urbana, verificando-se a abertura de uma nova porta no pano ocidental da muralha a fim de assegurar uma ligação mais directa entre o intra-muros e o arrabalde através da ponte sobre a ribeira do Livramento, a qual viria a ser justamente referenciada na documentação como Porta Nova, mencionando-se desde 1504. Por vezes, coube ao rei a assumpção de um papel regulador na estruturação do espaço, como sucedeu em 1500, proibindo a construção de edificações defronte do Convento de Jesus e junto da sua cerca, assim como em torno da ponte de Troino<sup>98</sup>, o que constitui evidência da azáfama construtiva então em curso nesta área da vila medieval.

## CONCLUSÃO

A implantação e o crescimento do arrabalde de Troino na periferia da vila de Setúbal, verificada entre o século XIV e o século XVI, reflecte um projecto urbanístico implementado na urbe sadina pela ordem militar de Santiago e constitui um poderoso testemunho do desenvolvimento económico e demográfico alcançado por este núcleo portuário medieval.

As intervenções realizadas neste espaço, designadamente a sua drenagem, a construção de estruturas de apoio às actividades quotidianas como os fornos, bem como a instalação nas suas cercanias do convento franciscano e, num segundo

<sup>93</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 19, fls. 69v-70v.

<sup>94</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 36, fl. 86; Idem, *ibidem*, Livro 42, fls. 414v-415

<sup>95</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 40, fls. 155v-156v.

<sup>96</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 7, fls. 10v-11.

<sup>97</sup> ANTT, *MCO, OS/CP*, Livro 107, fls. 8-8v.

<sup>98</sup> ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Livro 37, fl. 63.

momento, do Convento de Jesus, de Clarissas, constituem factores que parecem ter contribuído para a valorização de um sítio que inicialmente apresentava características insalubres, periodicamente inundado pelas marés e, conseqüentemente, repulsivo. A proximidade relativamente às comunidades mendicantes e a sucessiva instalação de famílias oriundas das elites locais conferiram um maior prestígio ao arrabalde de Troino, que veio a beneficiar de progressivos melhoramentos e a afirmar-se como uma atractiva oportunidade de investimento imobiliário para as elites setubalenses.

O processo de urbanização deste espaço pode ainda ser inferido através das notícias relativas à implantação de infra-estruturas urbanas de apoio e à alteração da rede viária, registando-se a abertura de novas vias à medida que novas áreas eram integradas no tecido urbano existente.

O crescimento demográfico registado no arrabalde de Troino viria a justificar a constituição de uma nova paróquia, a de Nossa Senhora da Anunciada, erigida em 1563, determinando os visitantes da Ordem de Santiago, em 1564, a edificação de uma nova igreja por a existente ser considerada muito pequena e velha<sup>99</sup>.

## BIBLIOGRAFIA

- ABBÉ, J.-L., “La confrontation des sources. Les sources écrites : le dit et le non-dit en matière de morphologie” in *Village et Ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*, ed. Bernard Gauthiez, Elisabeth Zadora-Rio; Henri Galinié, vol. 1, Tours, Maison des Sciences de l’Homme, 2003a: 461-464.
- ABBÉ, J.-L., “Planification et aménagement de l’espace urbain de la moyenne Vallée de l’Aude au Moyen-Age. Esperaza, Couiza, Quillan, Limoux” in *Village et Ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*, ed. Bernard Gauthiez, Elisabeth Zadora-Rio; Henri Galinié, vol. 1, Tours, Maison des Sciences de l’Homme, 2003b: 154-155.
- ABREU, L., *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990.
- ALMEIDA, C. A. F. de, “A Igreja de Jesus de Setúbal” in *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, vol. VII, Porto, 1990: 267-278.
- ANDRADE, A. A.; SILVEIRA, A. C., “Les aires portuaires de la péninsule de Setubal à la fin du Moyen Âge” in *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIVe-XVIIe siècles)*, sous la direction de Michel Bochaca and Jean-Luc Sarrazin, Presses Universitaires de Rennes, 2007: 147-165.
- AVELLAR, A. F. S. e S. G. de, *Compromisso de Confraria de Setúbal (1330). Edição paleográfica*, Lisboa, Dissertação de Mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1996.
- BALOSSINO, S.; LENOBLE, C., “Pro utilitate fratrum minorum. Notes sur les rapports entre les Franciscains et la commune d’Avignon au début du XIII<sup>e</sup> siècle” in *Moines et religieux dans la ville (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Cahiers de Fanjeaux 44, Toulouse, Éditions du Privat, 2009: 313-355.

<sup>99</sup> ANTT, MCO, OS/CP, Livro 202.

- BEIRANTE, M. A.; DIAS, J. J. A., “O Património Urbano da Ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI” in *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Veja, 1995: 61-77.
- BERTRAND, P., *Commerce avec Dame Pauvreté. Structures et fonctions des couvents mendiants à Liège (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)*, Liège, Bibliothèque de la Faculté de Philosophie et Lettres de l’Université de Liège, 2004.
- BESSEY, V., “L’implantation du Temple et de l’Hôpital dans les villes du nord du royaume de France (1100-1350)” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 97-112.
- BUSTREO, G. P., “Écrits conventuels, écrits urbains. La documentation des Mendiants de Trévise aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles” in *Économie et religion. L’expérience des ordres mendiants (XIII<sup>e</sup> –XV<sup>e</sup> siècle)*, dir. Nicole Bériou e Jacques Chiffolleau, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2009: 39-61.
- CARRAZ, D., *L’Ordre du Temple dans la Basse Vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*, Lyon, Presses Universitaires de Lyon, 2005.
- CARRAZ, D., “Les ordres militaires et le fait urbain en France méridionale (XII<sup>e</sup>- XIII<sup>e</sup> siècle)” in *Moines et religieux dans la ville (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Cahiers de Fanjeaux 44, Toulouse, Éditions du Privat, 2009: 127-165.
- CLAUDE, S., “Impact et limites de la seigneurie de l’Hôpital sur l’évolution et les dispositions du paysage urbains à Manosque (XIII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècles)” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 273-290.
- CONDE, M. S. A., *Tomar Medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia Historica, 1996.
- COSTA, J. M. da, *Novos Elementos para a Localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1960.
- DIVORNE, F.; GENDRE, G.; LAVERGNE, B.; PANERAI, P., *Essai sur la régularité. Les bastides d’Aquitaine, du Bas-Languedoc et du Béarn*, Bruxelles, Archives d’architecture moderne, 1985.
- ESPERANÇA, FREI M. da (1656-1666), *História Seráfica da Ordem dos Frades menores da Província de Portugal*, 3<sup>a</sup> parte, Livro 4, capítulos XII-XVI.
- FUGUET SANS, J., “L’arquitectura dels Templers a la «Catalunya Nord»” in *Les Templiers en Pays Catalan*, ed. Robert Vinas, Laure Verdon, Gauthier Langlois, Pierre-Vincent Claverie, Josep Maria Sans i Travé, Joan Fuguet Sans, Perpignan, Trabucaire, 1998: 159-213.
- GOMES, S. A., “O Convento de S. Francisco de Leiria na Idade Média” in *Itinerarium*, Ano XL, n.º 150 (Set.-Dez. 1994): 399-502.
- FUGUET SANS, J.; PLAZA ARQUE, C., “L’Ordre du Temple dans la Couronne d’Aragon: aspects topographiques et archéologiques. Les cas de Tortosa et Barcelone” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 239-255.
- GOUGUENHEIM, S., “L’Ordre Teutonique et les villes de Prusse (1230-milieu du XV<sup>e</sup> siècle)” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 127-138.
- GUYONNET, F., “Les ordres mendiants dans le sud-est de la France (XIII<sup>e</sup>-début XVI<sup>e</sup> siècle). Essai de synthèse sur la topographie et l’architecture des couvents (Comtat Venaissin, Provence, Languedoc oriental)” in *Moines et religieux dans la ville (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Cahiers de Fanjeaux 44, Toulouse, Éditions du Privat, 2009: 275-312.

- HÉBERT, M., “Espaces urbains et marche immobilier en Provence à la fin du Moyen Age” in *Mercado inmobiliario y paisajes urbanos en el Occidente Europeo (siglos XI-XV. Semana de Estudios Medievales Estella. 17-21 de Julio 2006*, Pamplona, Gobierno de Navarra, 2007: 117-182.
- JASPERT, N., “Military Orders and Social History: some introductory thoughts” in *As Ordens Militares. Freires, Guerreiros, Cavaleiros. Actas do VI Encontro sobre Ordens Militares*, vol. II, coord. Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela / GEOS, 2012: 495-517.
- KRÄMER, T., “L’Ordre Teutonique dans le Midi. Malchance ou aucune chance?” in *Les ordres religieux militaires dans le Midi (XII<sup>e</sup>-XIV<sup>e</sup> siècle)*, Cahiers de Fanjeaux, 41, Toulouse, Éditions Privat, 2006: 333-360.
- Livro dos Copos*, vol. I, *Militarium Ordinum Analecta – Fontes para o estudo das ordens religioso-militares*, vol 7, Porto, Fundação Engenheiro Eugénio de Almeida, 2006. [MOA 7]
- MACÉ, LAURENT, “Morphogenèse villageoise et aménagement seigneurial. L’exemple de Douzens (Aude)” in *Archéologie Médiévale*, 28, CNRS, 1998: 152-155.
- MACHADO, F. F., “A Igreja de Santa Maria da Graça em Setúbal” in *Boletim da Junta de Província da Estremadura*, vol. XIV, Jan-Abril 1947: 115-124.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. da, “Os Fenícios no estuário do Sado” in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000: 71-83.
- MELO, A. S., *Trabalho e Produção em Portugal na Idade Média: o Porto, c. 1320-c. 1415 / Travail et Production au Portugal au Moyen Âge : Porto, c. 1320 – c. 1415*, 2 volumes, Braga e Paris, 2009 (tese de doutoramento): <http://hdl.handle.net/1822/9896>.
- MENDES, F. J. DOS S., *A criação da rede paroquial na Península de Setúbal (1147-1385)*, dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- Monumenta Henricina*, vol. VIII (1443-1445), Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1967. [MH]
- PEREIRA, M. T. L., *Alcácer do Sal na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal, 2000.
- Portugaliae Monumenta Africana*, vol. I, coord. por Maria Luísa Oliveira Esteves, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical / Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1993. [PMA]
- Portugaliae Monumenta Histórica, Leges et Consuetudines*, vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1856 [PMH].
- Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. 2, dir. José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa e Saul António Gomes, Lisboa, União das Misericórdias Portuguesas, 2002. [PMM]
- POUSTHOMIS-DALLE, N., “Les ordres mendiants dans le sud-ouest de la France: état de la recherche sur l’implantation, la topographie et les Choix architecturaux des convents” in *Moines et religieux dans la ville (XII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)*, Cahiers de Fanjeaux 44, Toulouse, Éditions du Privat, 2009: 223-273.
- SEROMENHO, L.; CÂNDIDO, M. J.; NETO, J. L., “Duas intervenções arqueológicas no Troino” in *Subsídios para o Estudo da História Local*, vol. 3, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 2007: 21-25.
- SILVA, C. T. da, “O Largo e a Igreja de Jesus de Setúbal: uma abordagem arqueológica” in *O Convento de Jesus. 500 Anos. Arqueologia e História*, Setúbal, Câmara Municipal de Setúbal, 1989: 5-21.
- SILVA, C. T. DA; SOARES, J.; DUARTE, S., “Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua António Maria Eusébio, 85-87” in *MUSA, Museus, arqueologia e outros patrimónios*, n.º 1, Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, 2004: 137-152.



- SILVEIRA, A. C., “The Port City of Setúbal (Portugal) under the Control of the Order of Santiago (1400-1550)” in *The Military Orders*, vol. V, *Politics and Power*, Ed. Peter Edbury, Farnham, Ashgate, 2012a: 413-426.
- SILVEIRA, A. C., “O sistema defensivo de Setúbal medieval sob domínio dos Espatários: organização e estrutura de comando” in *Castelos das Ordens Militares. Actas de Encontro Internacional*, Vol. 1, coord. Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, 2013: 251-268.
- SILVEIRA, A. C., “Subsídios para a história do Convento de São Francisco de Setúbal a partir do Arquivo da Família Gama Lobo Salema” in *Arquivos de Família séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?*, org. Maria de Lurdes Rosa, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Centro de História Além-Mar e Caminhos Romanos, 2012b: 171-183.
- SOARES, J., “Arqueologia urbana em Setúbal: problemas e contribuições” in *Actas do Encontro sobre Arqueologia da Arrábida*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 2000: 101-130.
- SOARES, J.; DUARTE, S.; SILVA, C. T. da, “Sismos e Arqueologia Urbana. Intervenção arqueológica na Rua Augusto Cardoso, n.º 69, Setúbal” in *MUSA, Museus, arqueologia e outros patrimónios*, n.º 2, Setúbal, Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal, 2005/07: 83-102.
- TOOMASPOEG, K., “La base économique de l’expansion des bourgs siciliens. L’exemple des possessions de l’Ordre Teutonique dans la zone Corleone-Vicari-Castronovo, 1220-1310” in *XVII Congrès d’Histoire de la Corona de Aragón. El Món Urbà a la Corona de Aragó del 1137 als Decrets de Nova Planta. Barcelona, Poblet, Lleida, 7 al 12 desembre de 2000*, vol. I, ed. Salvador Claramunt, Barcelona, Universitat de Barcelona, 2003: 595-606.
- TOOMASPOEG, K., “Les Ordres militaires dans les villes du Mezzogiorno” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 171-185.
- TOOMASPOEG, K., “Ville” in *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. Nicole Bériou et Philippe Josserand, Paris, 2009: 965.
- TRÉTON, R., “L’Ordre du Temple dans une capitale méditerranéenne : Perpignan” in *Les Ordres Militaires dans la ville médiévale (1100-1350). Actes du Colloque International de Clermont-Ferrand, 26-28 mai 2010*, dir. Damien Carraz, Clermont-Ferrand, Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2013: 223-238.
- Vereações da Câmara Municipal do Funchal, século XV*, ed. José Pereira da Costa, Funchal, Secretaria Regional de Turismo e Cultura / Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.[VCMF]
- VINAS, R., “La commanderie du Mas Déu: son développement, ses ressources” in *Les Templiers en Pays Catalan*, ed. Robert Vinas, Laure Verdon, Gauthier Langlois, Pierre-Vincent Claverie, Josep Maria Sans i Travé, Joan Fuguet Sans, Perpignan, Trabucaire, 1998: 22-30.
- VINAS, R., “Lotissement” in *Prier et combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*, dir. Nicole Bériou et Philippe Josserand, Paris, 2009: 562-563.
- VAN DER VLIET, J., “The Lastage: the maritime quarter of Late Medieval Amsterdam” in *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV<sup>e</sup>-XVI<sup>e</sup> siècles)*, sous la direction de Michel Bochaca and Jean-Luc Sarrazin, Presses Universitaires de Rennes, 2007: 211-225.
- VOLTI, P., *Les couvents des ordres mendiants et leur environnement à la fin du Moyen Age*, Paris, CNRS Editions, 2003.
- ZADORA-RIO, E., “La confrontation des sources. Les actes de fondation et la question de la planification” in *Village et Ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*, ed. Bernard Gauthiez, Elisabeth Zadora-Rio; Henri Galinié, vol. 1, Tours, Maison des Sciences de l’Homme, 2003: 465-469.

**RESUMO** No decurso do século XIV, em consequência do desenvolvimento económico registado na Europa desde o século XI e da estabilização política e militar do território português, o núcleo portuário de Setúbal, no estuário do Sado, reforçou a sua posição estratégica entre as possessões sob jurisdição da ordem de Santiago. Graças às condições excepcionais oferecidas pela foz do Sado, Setúbal ocupou um lugar de destaque no seio do território administrado pelos Espatários.

No século XIV, estava em curso o desenvolvimento urbanístico de Setúbal, que contou com a participação da ordem de Santiago. A urbanização de uma área de sapal junto ao primitivo núcleo urbano deu origem ao arrabalde de Troino, cuja expansão nos séculos XV e XVI contou com o contributo de instituições como a confraria da Anunciada e os conventos mendicantes estabelecidos na proximidade de uma área sob forte desenvolvimento demográfico.

A análise ao processo de constituição e desenvolvimento do arrabalde de Troino é explorada no âmbito da produção historiográfica relativa à presença das ordens militares nas cidades medievais europeias.

**Palavras-chave:** Setúbal; Ordem Militar de Santiago; Arrabalde; Urbanismo; Loteamento

**ABSTRACT** In the course of the fourteenth century, as a consequence of the economic development lived in Europe since the eleventh century and also due to the political and military stabilisation of the Portuguese territory, the portuary settlement of Setúbal, located in the Sado estuary, was able to reinforce its position between the other urban spaces of the Military Order of Santiago. It seems that, due to the exceptional conditions offered by the mouth of the Sado river, Setúbal has been designated to embrace a singular role among the Portuguese estates of the Military Order of Santiago.

By the fourteenth century, the urban fabric of Setúbal was in progress with the participation of the Order of Santiago. The urbanisation of a marshland area gave origin to a suburb which has grown during the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries with the contribution of other institutions like the Confraria da Anunciada and mendicant convents established near an area undergoing a strong demographic development.

The constitution and development of Troino *suburbia* is analysed in the scope of the urban expansion which has characterized the presence of the military orders in the medieval European cities.

**Keywords:** Setúbal; Military Order of Santiago; Suburb; Urbanismo; *Lotissement*